

RELAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS RELATIVOS ÀS ISENÇÕES, AOS INCENTIVOS E AOS BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS DE QUE TRATA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.								
APÊNDICE II - ATOS NORMATIVOS NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017								
UNIDADE FEDERADA: MS				DISPOSITIVO ESPECÍFICO (5)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (6)	TERMO INICIAL (7)	TERMO FINAL (8)	OBSERVAÇÕES (9)
ITEM (1)	ATOS (2)	NÚMERO (3)	EMENTA OU ASSUNTO (4)					
1	Decreto	2.539/1984	Dispõe sobre a regulamentação dos incentivos fiscais que trata a Lei nº 440, de 21 de março de 1984, e dá outras providências.		30.5.1984	30.5.1984	11.9.1987	
2	Decreto	4.278/1987	Regulamenta disposição da Lei nº 701, de 6 de março de 1987.		14.9.1987	14.9.1987	16.3.1992	
3	Decreto	5.893/1991	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do ICMS e dá outras providências.	Arts. 6º e 7º	13.5.1991	1º.4.1991	1º.8.1991	
4	Decreto	5.908/1991	Altera dispositivo do Regulamento do ICMS e dá outras providências.	Arts. 3º e 4º	31.5.1991	31.5.1991	1º.11.1998	Altera dispositivos na versão do Decreto nº 5.800/1991, revogado pelo Decreto nº 9.203/1997
5	Decreto	5.997/1991	Prorroga benefício da área de ICMS.	Art. 1º	11.7.1991	1º.6.1991	1º.11.1999	
6	Decreto	5.998/1991	Dispõe sobre as operações com álcool carburante.	Art. 1º	11.7.1991	1º.5.1991	31.8.1993	Revogação Tácita
7	Decreto	6.297/1991	Concede benefícios na área do ICMS e dá outras providências.	Art. 2º	26.12.1991	1º.1.1992	1º.1.1992	
8	Decreto	6.344/1992	Institui o programa de apoio à criação de gado para o abate precoce (novilho precoce) e dá outras providências.	Art. 7º	31.1.1992	31.1.1992	28.2.1994	
9	Decreto	6.354/1992	Adita mudanças às disposições do art. 19 do Anexo I do Regulamento do ICMS.		10.2.1992	10.2.1992	31.8.1993	
10	Decreto	6.383/1992	Redação do § 5º do art. 7º acrescentada pelo Dec. nº 8.924/1997.	Art. 7º	1º.10.1997	1º.10.1997	24.11.1998	
11	Decreto	6.390/1992	Regulamenta disposições da Lei nº 1.239, de 18 de dezembro de 1991, e do art. 13 da Lei nº 1.225, de 28 de novembro de 1991.	Arts. 8º e 9º	17.3.1992	17.2.1992	8.5.2015	

12	Decreto	6.559/1992	Institui o programa de fronteiras do futuro, para a retomada do desenvolvimento regional, com infra-estrutura e incentivo à expansão da agricultura, consolidando a integração e a modernização sócio-econômica do Estado.	Arts. 7º e 8º	23.6.1992	23.6.1992	28.12.1995	
13	Decreto	6.560/1992	Institui o programa terra viva, com incentivo ao aumento da produção e da produtividade agrícola, no processo de produzir conservar.	Art. 7º	23.6.1992	23.6.1992	29.12.1997	
14	Decreto	6.692/1992	Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ICMS nas operações com peças do vestuário produzidas neste Estado e dá outras providências.	Art. 1º	11.9.1992	11.9.1992	31.12.2009	EFICÁCIA EXTINTA O inciso II do art. 6º do Decreto nº 9.453/1999 definiu o termo final de vigência do Decreto nº 6.692/1992. Esse prazo foi prorrogado pelos Decretos nº 9.529/1999 e nº 9.740/1999, até 31.12.2009.
15	Decreto	6.843/1992	Dispõe sobre a forma excepcional de pagamento de débitos vencidos perante a Fazenda Pública Estadual.		25.11.1992	25.11.1992	17.12.1992	Art. 8º define eficácia até 17.12.1992
16	Decreto	6.919/1992	Dispõe sobre a redução da base de cálculo nas operações com os produtos derivados do leite e dá outras providências.	Art. 1º	9.12.1992	1º.12.1992	1º.1.1993	
17	Decreto	6.944/1992	Dispõe, complementarmente, sobre as normas dos Decretos nº 6.843, de 24 de novembro de 1992, e nº 6.889, de 30 de novembro de 1992.		17.12.1992	25.11.1992	17.12.1992	Art. 8º do Decreto nº 6.843/1992 define eficácia até 17.12.1992
18	Decreto	7.133/1993	Dispõe sobre a forma excepcional de pagamento de débitos vencidos perante a Fazenda Pública Estadual.	Art. 1º	26.3.1993	26.3.1993	4.2.1994	EFICÁCIA EXTINTA
19	Decreto	7.190/1993	Dispõe sobre a dispensa da cobrança nas operações destinadas a atender a convênios "Compras Governamentais".		4.5.1993	4.5.1993	27.6.1995	

20	Decreto	7.559/1993	Institui o programa de apoio à criação de Suínos (leitão Ouro) e dá outras providências.	Art. 7º	15.12.1993	15.12.1993	21.7.2000	
21	Decreto	7.717/1994	Dispõe sobre a exclusão da base de cálculo do ICMS do valor da variação da URV e sobre a prorrogação de benefícios fiscais (cesta básica).	Art. 1º	4.4.1994	4.4.1994	30.6.1994	EFICÁCIA EXTINTA Altera dispositivos do RICMS nas versões dos Decretos nº 5.800/1991 e nº 7.603/1993
22	Decreto	7.973/1994	Dispensa o recolhimento de tributos de diminuído valor	Art. 1º, III	17.10.1994	17.10.1994	13.1.2016	Eficácia até 3.5.2016, na situação especificada no art. 2º do Decreto nº 14.510/2016
23	Decreto	8.236/1995	Reduz a base de cálculo do ICMS nas operações internas com veículos automotores.	Art. 1º	5.5.1995	1º.5.1995	9.1.1996	
24	Decreto	8.280/1995	Dispõe sobre a dispensa da cobrança do ICMS nas operações destinadas a atender a convênios "compras governamentais" e dá outras providências	Art. 1º	27.6.1995	27.6.1995	15.8.2000	
25	Decreto	8.345/1995	Reduz a base de cálculo do ICMS nas prestações de serviço de televisão por assinatura e dá outra providência	Art. 1º	27.4.1995	27.4.1995	9.1.1996	
26	Decreto	8.420/1995	Reformula o Programa Fronteiras do Futuro e consolida a legislação a ele referente.	Art. 7º	29.12.1995	29.12.1995	22.9.1998	
27	Decreto	8.422/1995	Reformula programa terra viva e consolida a legislação a ele referente	Art. 7º	29.12.1995	29.12.1995	15.2.1998	EFICÁCIA EXTINTA De acordo com o parágrafo único do art. 1º, "O Programa terá duração até a safra de verão 1997/1998".
28	Decreto	8.602/1996	Dispõe sobre o diferimento do ICMS nas operações com milho.	Art. 1º, parágrafo único	19.6.1996	19.6.1996	2.5.2000	Dispensa o pagamento de imposto antes diferido
29	Decreto	8.860/1997	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS às empresas industrializadoras do trigo.	Art. 1º	30.6.1997	30.6.1997	1º.4.2007	
30	Decreto	8.870/1997	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido nas operações com algodão.		11.7.1997	11.7.1997	2.5.2000	

31	Decreto	8.881/1997	Institui o Programa de Apoio à Reforma de Pastagens visando à recuperação do potencial produtivo de áreas degradadas.		24.7.1997	24.7.1997	3.12.1999	
32	Decreto	8.987/1997	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido de ICMS aos indus-trializadores de café.	Art. 1º	17.12.1997	17.12.1997	1º.7.2000	
33	Decreto	9.082/1998	Dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativamente às operações com álcool carburante e dá outras providências.	Art. 6º	13.4.1999	1º.4.1998	15.7.1998	
34	Decreto	9.123/1998	Dispõe sobre o recolhimento do ICMS de forma personalizada para os produtos que específica. Benefício: valor da operação, caso de procedência de equipamento (aparelho celular) corresponderá a 5,10%	Art. 6º	2.6.1998	2.6.1998	6.5.2003	
35	Decreto	9.221/1998	Regulamenta a Lei nº 1.872, de 17 de julho de 1998 alterada pela Lei nº 1.966, de 28 de junho de 1999, e nº 2.060, de 23 de dezembro de 1999, e dá outras providências.	Arts. 3º e 5º	27.10.1998	27.10.1998	29.6.2000	A Lei 1.872/1998 foi revogada pela Lei nº 2.366/2001
36	Decreto	9.376/1999	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado à operações com os produtos agrícolas que específica e dá outras providências.	Arts. 2º ao 5º	10.2.1999	15.2.1999	3.5.2000	O Decreto nº 9.551/1999 revogou expressamente as hipóteses de isenção. O Decreto nº 9.895/2000 revogou o decreto por inteiro, observadas as regras do Decreto nº 9.551/1999.
37	Decreto	9.378/2000	Dispõe sobre diferimento do lançamento do ICMS nas operações de importação de gás natural e dá outras providências.	Art. 4º, Parágrafo único	10.2.2000	10.2.2000	1º.9.2001	
38	Decreto	9.417/1999	Dispõe sobre o tratamento especial relativamente às prestações dos serviço de transporte que específica e dá outras providências.	Art. 1º	22.3.1999	24.3.1999	28.3.2004	
39	Decreto	9.475/1999	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos adquirentes de equipamento de emissor de cupom fiscal (ECF) que específica.	Art. 1º	11.5.1999	31.8.1999	31.10.1999	Art. 3º estabelece prazo de fruição até 31.10.1999

40	Decreto	9.685/1999	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações com gado bovino e bufalino e com os produtos resultante do abate.	Arts. 4º, 5º, 6º e 8º	29.10.1999	1º.11.1999	31.5.2000	
41	Decreto	9.738/1999	Dispõe sobre a redução na base de cálculo do ICMS incidente no fornecimento de refeições.	Art. 1º	23.12.1999	1º.12.1999	16.4.2002	
42	Decreto	9.745/1999	Concede crédito outorgado a estabelecimento fabricante de betume de petróleo e mistura betuminosa à base de asfalto.	Art. 1º	29.12.1999	29.12.1999	31.12.2009	EFICÁCIA EXTINTA Consta no <i>caput</i> do art. 1º o prazo de fruição até 31.12.2009
43	Decreto	9.761/1999	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido nas operações com aves abatidas e com os produtos resultantes do seu abate.	Art. 1º	3.1.2000	1º.1.2000	1º.1.2006	
44	Decreto	9.762/1999	Dispõe sobre o tratamento tributário a ser dispensado a estabelecimento atacadistas ou distribuidores.	Art. 1º, <i>caput</i> e § 6º, Art. 5º	3.1.2000	1º.1.2000	1º.11.2000	
45	Decreto	9.777/2000	Regulamenta a Lei nº 2.034, de 30 de novembro de 1999, que instituiu incentivo fiscal às atividades esportivas no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	Arts. 4º ao 6º	26.1.2000	26.1.2000	21.9.2001	
46	Decreto	9.930/2000	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações com gado bovino e bufalino e com os produtos resultante do abate.	Arts. 4º, 5º, 6º e 8º	1º.6.2000	1º.1.2000	31.12.2005	
47	Decreto	10.046/2000	Dispõe sobre tratamento tributário especial aplicável às operações com couro.	art. 3º e 4º	4.9.2000	4.9.2000	1º.8.2001	
48	Decreto	10.066/2000	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido aos industrializadores ou distribuidores de café e dá outras providências.	Art. 1º	22.9.2000	1º.7.2000	12.12.2001	

49	Decreto	10.098/2000	Dispõe sobre o tratamento tributário a ser dispensado aos estabelecimentos cujas atividades se enquadrem nos códigos de atividades econômicas (CAE) 41.010, 40.130 e 40.902 e dá outras providências	Arts. 1º, 4º, 4º-A e 5º	30.10.2000	1º.8.2000	26.4.2017	De acordo com o art. 2º do Decreto nº 14.728/2017, "as autorizações específicas, em vigor, concedidas com base no Decreto nº 10.098, de 27 de outubro de 2000, permanecem válidas até o seu vencimento."
50	Decreto	10.428/2001	Dispõe sobre tratamento tributário dispensado à operações com couro bovino ou bufalino, calçados e demais produtos cuja matéria-prima seja o couro e com produtos químicos utilizados na industrialização de couro, e dá outras providências	Arts. 5º e 6º	20.7.2001	20.7.2001	23.12.2004	
51	Decreto	10.715/2002	Dispõe sobre a redução da base do ICMS nas operações com veículos automotores novos e dá outras providência.	Arts. 1º e 2º	1º.4.2002	1º.2.2002	1º.2.2003	
52	Decreto	11.177/2003	Institui Programa de Expansão da Área Agrícola de Mato Grosso do Sul (Expansul) visando ao incremento da área plantada de grãos e à recuperação de áreas de pastagens degradadas	Art. 2º, III, e parágrafo único, alíneas "a" e "b"	14.4.2003	14.4.2003	10.11.2006	
53	Decreto	11.192/2003	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos adquirentes de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) que específica, e dá outras providências	Art. 1º	28.4.2003	28.4.2003	7.12.2004	EFICÁCIA EXTINTA
54	Decreto	11.735/2004	Dispõe sobre a utilização de crédito outorgado, vinculado à concessão de passe livre intermunicipal aos portadores de deficiência comprovadamente carente por empresa prestadora de serviço de transporte intermunicipal, nas hipóteses que específica	Art. 1º	26.11.2004	26.11.2004	20.6.2007	
55	Decreto	11.740/2004	Dispõe sobre concessão de crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos adquirentes de equipamentos Emissor de cupom fiscal (ECF) que específica, e dá outras providências	Art. 1º	7.12.2004	7.12.2004	1º.1.2005	

56	Decreto	11.765/2004	Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos adquirentes de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) que especifica e seus acessórios, e dá outras providências.	Art. 1º	30.12.2004	1º.1.2005	31.8.2005	EFICÁCIA EXTINTA De acordo com o art. 1º, § 4º, II, o benefício somente se aplicou às aquisições de equipamento ECF e seus acessórios até 31.08.2005.
57	Decreto	11.905/2005	Regulamenta a Lei nº 3.045, de 8 de junho de 2005, que dispõe sobre forma excepcional de pagamento de crédito tributário vencidos, e dá outras providências.		25.7.2005	25.7.2005	12.7.2006	
58	Decreto	12.122/2006	Regulamenta a Lei nº 3.225, de 9 de junho de 2006, e a Lei nº 3.045, de 8 de julho de 2005, restabelecida pela primeira, que dispõem sobre forma excepcional de pagamento de créditos tributários vencidos, e dá outras providências.		12.7.2006	12.7.2006		EFICÁCIA EXTINTA O prazo para fruição do benefício, de acordo com o art. 7º, foi até 31.10.2006
59	Decreto	12.129/2006	Dispõe sobre a concessão de crédito outorgado nas hipóteses que especifica.	Art. 2º	31.7.2006	1º.8.2006	1º.10.2007	
60	Decreto	12.186/2006	Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal destinado a incentivar a comercialização de aves produzidas na região afetada pelo foco da febre aftosa.		17.11.2006	17.11.2006	31.10.2012	EFICÁCIA EXTINTA Prazo de vigência prevista no art. 2º
61	Decreto	12.351/2007	Dispõe sobre a utilização do crédito outorgado previsto no art. 5º da Lei nº 3.288, de novembro de 2006.	Art. 1º	20.6.2007	20.6.2007	7.6.2013	
62	Decreto	12.808/2009	Regulamenta a Lei nº 3.720, de 14 de agosto de 2009, que dispõe sobre forma excepcional de pagamento de créditos tributários, na parte relativa a débito de ICMS objeto de denúncia espontânea.		8.9.2009	8.9.2009		EFICÁCIA EXTINTA O prazo para fruição do benefício, de acordo com o art. 6º, foi até 28.12.2009
63	Decreto	12.854/2009	Dispõe sobre benefícios fiscais a serem utilizados por empreendimentos industriais que especifica e dá outras providências.	Art. 9º-A, § 1º, I	18.11.2011	18.11.2011	30.11.2014	EFICÁCIA EXTINTA Prazo de fruição do benefício até 30.11.2014. O Decreto nº 12.854/2009 está vigente e consta no Decreto nº 14.979/2018
64	Decreto	12.854/2009	Dispõe sobre benefícios fiscais a serem utilizados por empreendimentos industriais que especifica e dá outras providências.	Art. 9º-A, § 1º, II	18.11.2011	18.11.2011	30.9.2011	EFICÁCIA EXTINTA Prazo de fruição do benefício até 30.09.2011. O Decreto nº 12.854/2009 está vigente e

								consta no Decreto nº 14.979/2018.
65	Decreto	13.299/2011	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto nº 10.483, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre tratamento tributário dispensado às operações com gás natural e às respectivas prestações de serviço de transporte.	Art. 2º	18.11.2011	18.11.2011	31.12.2011	EFICÁCIA EXTINTA Limite temporal dos fatos geradores alcançados pelo benefício.
66	Decreto	13.542/2012	Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998, e dá outras providências.	Art. 3º	26.12.2012	1º.1.2013	30.4.2017	EFICÁCIA EXTINTA Prazo de fruição do benefício até 30.04.2017
67	Decreto	14.279/2015	Institui o Programa de Estímulo à Exportação ou à Importação pelo Porto de Porto Murtinho (PROEIP), nos termos que especifica, e dá outras providências.	Arts. 2º, 4º, 5º e 6º	21.10.2015	21.10.2015	18.3.2016	
68	Lei	440/1984	Cria o Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso do Sul e concede incentivos que menciona.		22.3.1984	22.3.1984	9.3.1987	
69	Lei	701/1987	Dispõe sobre a política de desenvolvimento da atividade industrial no Estado do Mato Grosso do Sul.	Arts. 4º, 5º, 6º, 7º e 8º	9.3.1987	9.3.1987	18.12.1991	
70	Lei	765/1987	Dispõe sobre a correção monetária do crédito tributário e a remissão de débito e dá outras providências.		9.10.1987	9.10.1987	22.12.1997	
71	Lei	1.028/1989	Dispõe sobre a atualização monetária de débitos para com a Fazenda Pública Estadual e dá outras providências.	Arts. 13 e 14	19.12.1989	19.12.1989	22.12.1997	
72	Lei	1.479/1994	Dispõe sobre a forma excepcional de pagamento de débitos vencidos perante a Fazenda Pública Estadual e dá outras providências.	Art. 1º	4.2.1994	4.2.1994	31.7.1996	EFICÁCIA EXTINTA
73	Lei	1.589/1995	Dispõe sobre o cadastramento do produtor rural, sobre a Declaração Retificadora de Rebanho Bovino e Bufalino e dá outras providências.	Art. 10, II	18.7.1995	18.7.1995	31.7.1996	EFICÁCIA EXTINTA

74	Lei	1.589/1995	Dispõe sobre o cadastramento do produtor rural, sobre a Declaração Retificadora de Rebanho Bovino e Bufalino e dá outras providências.	Art. 7º, § 2º, I	18.7.1995	18.7.1995	16.12.2010	
75	Lei	1.798/1997	Institui programa "Ações para o Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul" e dá outras providências.	Art. 5º	11.12.1997	11.12.1997	5.11.2001	
76	Lei	1.950/1999	Estabelece condições especiais às cooperativas de proteção agropecuária para quitarem seus débitos tributários.	Art. 1º	27.1.1999	27.1.1999	31.12.1999	EFICÁCIA EXTINTA
77	Lei	1.993/1999	Dispõe sobre forma excepcional de pagamento de créditos tributários vencidos, e dá outras providências.	Art. 1º	1º.9.1999	1º.9.1999	30.11.1999	EFICÁCIA EXTINTA
78	Lei	2.070/2000	Dispensa, pequenos produtores rurais, da responsabilidade pelo pagamento de ICMS incidente sobre seu rebanho inicial.	Art. 2º, II	6.1.2000	6.1.2000	17.12.2010	
79	Lei	2.078/2000	Dispõe sobre as diretrizes da política tributária estadual, o tratamento tributário a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte e dá outras providências.	Arts. 8º e 18	14.1.2000	1º.2.2000	8.11.2007	
80	Lei	2.096/2000	Dispõe, complementarmente, sobre as regras da Lei nº 1.589, de 17 de julho de 1995.		16.5.2000	18.7.1995	17.12.2010	Sem efeitos. A Lei nº 3.983/2010 revogou o art. 7º da Lei nº 1.589/1995
81	Lei	2.127/2000	Estabelece normas relativas à política de desenvolvimento industrial; prorroga prazo de vigência da Lei de Incentivos Industrial, e dá outras providências.		25.7.2000	25.7.2000	5.11.2001	
82	Lei	2.857/2004	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações com couro bovino ou bufalino e dá outras providências.		8.7.2004	8.7.2004	22.12.2004	
83	Lei	3.045/2005	Dispõe sobre a forma excepcional de pagamento de créditos tributários vencidos, e dá outras providências.	Art. 1º	11.7.2005	11.7.2005	31.10.2006	EFICÁCIA EXTINTA
84	Lei	3.225/2006	Dispõe sobre a forma excepcional de pagamento de créditos tributários vencidos, e dá outras providências.	Art. 1º	12.6.2006	12.6.2006	31.10.2006	EFICÁCIA EXTINTA
85	Lei	3.720/2009	Dispõe sobre a forma excepcional de pagamento de créditos tributários vencidos, e dá outras providências.	Art. 1º	17.8.2009	17.8.2009	17.8.2009	EFICÁCIA EXTINTA

86	Lei	3.983/2010	Dispõe sobre a prestação, o armazenamento e a utilização de informações relativas a animais bovinos e bubalinos, para o fim de harmonização dos controles fiscais e sanitários, e dá outras providências.	Art. 10	17.12.2010	17.12.2010	15.6.2011	
87	Lei	4.424/2013	Dispõe sobre a forma excepcional de pagamento de créditos tributários vencidos, e dá outras providências.	Art. 1º	8.11.2013	8.11.2013	8.11.2013	EFICÁCIA EXTINTA
88	Resolução	742/1991	Dispõe sobre as mercadorias alcançadas pela alíquota reduzida, nos termos do Decreto nº 5.893, de 10 de maio de 1991.	Arts. 1º a 3º	5.7.1991	5.7.1991	3.9.1991	EFICÁCIA EXTINTA O Decreto nº 5.893/1991 foi revogado pelo Decreto nº 6.082/1991
89	Resolução	785/1992	Isenta do ICMS a operação que especifica e dá outras providências.	Art. 1º	6.3.1992	9.3.1992	1º.11.1999	
90	Resolução	956/1994	Inclui produtos sujeitos à substituição tributária nos Anexos I e II ao Regulamento do ICMS.	Art. 1º	12.9.1994	1º.10.1994	9.1.1996	
91	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 5.800/91		25.1.1991	1º.2.1991	31.7.1991	
92	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 6.029/91		1º.8.1991	1º.8.1991	2.9.1991	
93	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 6.082/91		3.9.1991	3.9.1991	30.1.1992	
94	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 6.342/92		31.1.1992	1º.1.1992	3.6.1992	
95	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 6.537/92		4.6.1992	4.6.1992	2.7.1993	
96	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 7.276/93		5.7.1993	5.7.1992	29.12.1993	
97	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 8.130/92		9.1.1995	1º.1.1995	9.1.1996	
98	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 8.428/96		10.1.1996	1º.1.1996	16.1.1997	
99	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 8.744/97		17.1.1997	17.1.1997	1º.1.1998	
100	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 9.011/1997		30.12.1997	1º.1.1998	6.4.1998	
101	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 9.078/1998		7.4.1998	1º.4.1998	30.4.2000	
102	RICMS	Anexo 1	Dos Benefícios Fiscais - Versão do Dec. nº 7.603/1993		30.12.1993	1º.1.1994	8.1.1995	
103	RICMS	Anexo 2	Do Diferimento do Lançamento - Versão do Dec. nº 5.800/91.	Art. 10, I, VIII, XII e X; Art. 13, I, "b"	25.1.1991	1º.2.1991	30.5.1991	Dispensa o pagamento do imposto antes diferido
104	RICMS	Anexo 2	Do Diferimento do Lançamento - Versão do Dec. nº 5.908/91.	Art. 10, I, V, VI, VII e VIII; Art. 13, I, "b"	31.5.1991	31.5.1991	1º.11.1998	Dispensa o pagamento do imposto antes diferido

105	RICMS	Anexo 2	Do Diferimento do Lançamento - Versão do Dec. nº 7.687/94.	Art. 10, I, III, IV, V e VI; Art. 13, I, "b"	14.3.1994	14.3.1994	22.4.1996	Dispensa o pagamento do imposto antes diferido
106	RICMS	Anexo 2	Do Diferimento do Lançamento - Versão do Dec. nº 8.555/96.	Art. 4º, parágrafo único; Art. 8º, parágrafo único; Art. 10, parágrafo único; Art. 11, parágrafo único; Art. 12, § 2º; Art. 13, parágrafo único; Art. 14, parágrafo único	22.4.1996	22.4.1996	2.5.2000	Dispensa o pagamento do imposto antes diferido
107	RICMS	Anexo 3	Da Substituição Tributária - Versão do Dec. nº 5.800/91.	Art. 3º, § 6º	25.1.1991	1º.2.1991	29.8.2002	
108	RICMS	Anexo 6	Dos Créditos Fixos ou Presumidos e Do Produtor Rural - Versão do Dec. nº 5.800/91.	Art. 1º a 10	25.1.1991	1º.2.1991	27.5.2002	
ACRESCENTADOS PELO DECRETO Nº 15.569, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020.								
109	Decreto	6.995	<i>Dispõe sobre a concessão de créditos presumidos nas operações com os produtos resultantes da industrialização da mandioca e dá outras providências.</i>	<i>Art. 1º, e art. 5º</i>	<i>04.01.1993</i>	<i>01.01.1993</i>	<i>02.06.1993</i>	
110	Decreto	7.467	<i>Institui o "Programa de Apoio à Implantação Ordenada de Agroindústrias na Região do Pantanal e sua Periferia".</i>	<i>Art. 1º, §2º</i>	<i>26.10.1993</i>	<i>26.10.1993</i>	<i>26.10.1998</i>	
111	Decreto	8.421	<i>Reformula o Programa de Apoio à Criação de Gado para o Abate Precoce (Novilho Precoce) e consolida a legislação a ele referente.</i>	<i>Art. 7º, e art. 11</i>	<i>29.12.1995</i>	<i>29.12.1995</i>	<i>16.06.2003</i>	
112	Decreto	8.805	<i>Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com produtos de informática e automação.</i>	<i>Art. 1º</i>	<i>08.04.1997</i>	<i>01.04.1997</i>	<i>01.07.1998</i>	
113	Decreto	8.855	<i>Dispõe sobre o tratamento tributário, relativamente ao ICMS, nas operações com hortifrutigranjeiros.</i>	<i>Art. 4º</i>	<i>20.06.1997</i>	<i>13.06.1997</i>	<i>30.12.2016</i>	
114	Decreto	9.176	<i>Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com produtos de informática e automação que especifica.</i>	<i>Art. 1º</i>	<i>30.07.1998</i>	<i>01.07.1998</i>	<i>31.12.2015</i>	
115	Decreto	9.247	<i>Altera percentual estabelecido no art. 7º do Decreto nº 6.383, de 6 de março de 1992, e dá outras providências.</i>	<i>Art. 1 e 2º</i>	<i>25.11.1998</i>	<i>25.11.1998</i>	<i>01.05.2000</i>	
116	Decreto	9.375	<i>Dispõe sobre o tratamento tributário relativo às operações com álcool carburante.</i>	<i>Art. 10</i>	<i>10.02.1999</i>	<i>01.02.1999</i>	<i>01.10.2011</i>	
117	Decreto	9.741	<i>Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos adquirentes de</i>	<i>Art. 1º</i>	<i>27.12.1999</i>	<i>27.12.1999</i>	<i>31.01.2000</i>	

			<i>equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) que especifica.</i>					
118	Decreto	9.845	<i>Institui o Projeto de Fortalecimento da Piscicultura do Estado de Mato Grosso do Sul "Peixe Vida" e dá outras providências.</i>	Art. 5º	13.03.2000	13.03.2000	16.06.2003	
119	Decreto	9.955	<i>Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos adquirentes de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) que especifica.</i>	Art. 1º	21.06.2000	21.06.2000	30.09.2000	
120	Decreto	9.964	<i>Regulamenta a Lei nº 1.872, de 17 de julho de 1998 alterada pelas Leis n. 1.966, de 28 de junho de 1999; e nº 2.060, de 23 de dezembro de 1999, e dá outras providências.</i>	Art. 3º	29.06.2000	29.06.2000	08.02.2002	
121	Decreto	9.988	<i>Reformula o Programa de Apoio à Criação de Suínos (Leitão Ouro), que passa a denominar-se Projeto de Fortalecimento da Suinocultura de Mato Grosso do Sul (Leitão Vida), e dá outras providências.</i>	Art. 5º	21.07.2000	21.07.2000	16.06.2003	
122	Decreto	10.100	<i>Dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com materiais de construção.</i>	Art. 5º	31.10.2000	01.11.2000	01.01.2016	
123	Decreto	10.135	<i>Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do ICMS a restaurantes, lanchonetes, bares e similares, adquirentes de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF).</i>	Art. 1º	24.11.2000	24.11.2000	31.12.2000	
124	Decreto	10.178	<i>Dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com peças automotivas.</i>	Art. 7º, §2º	21.12.2000	01.01.2000	01.01.2016	
125	Decreto	11.720	<i>Prorroga prazo de benefício fiscal e dá outras providências.</i>	Art. 7º	08.11.2004	01.05.2002	30.04.2004	
126	Decreto	12.087	<i>Dispõe sobre a concessão de benefício destinado a incentivar a comercialização de gado oriundo da região afetada pelo foco da febre aftosa e dá outras providências.</i>	Art. 1º	20.04.2006	20.04.2006	31.11.2006	
127	Decreto	12.151	<i>Dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações internas com gás natural comprimido destinado a estabelecimentos fabricantes de produtos cerâmicos</i>	Art.1º	12.09.2006	12.09.2006	31.12.2013	
128	Decreto	12.381	<i>Dá nova redação ao Anexo único do Decreto nº 12.340, de 11 de junho de 2007.</i>	Art. 2º, §3º	01.08.2007	01.09.2007		
129	Decreto	12.545	<i>Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com suportes elásticos para cama, colchões, inclusive box,</i>	Art. 8º	28.04.2008	01.05.2008	01.05.2010	

			<i>travesseiros e pillow.</i>					
130	Decreto	14.246	<i>Altera a redação de dispositivos do Anexo Único ao Decreto nº 10.178, de 20 de dezembro de 2000, na redação dada pelo Anexo do Decreto nº 13.605, de 22 de abril de 2013.</i>	Art. 3º	21.08.2015	01.09.2015	01.09.2015	
131	Decreto	14.247	<i>Altera e acrescenta dispositivos ao Anexo Único ao Decreto nº 10.100, de 30 de outubro de 2000, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com materiais de construção.</i>	Art. 3º	21.08.2015	01.09.2015	01.09.2015	
132	Decreto	14.510	<i>Dispensa a cobrança de imposto de diminuto valor.</i>	Art. 2º	30.06.2016	13.01.2016	03.05.2016	
133	Resolução	02/1992	<i>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 002/92, DE 15 DE MAIO DE 1992. Dispõe, complementarmente, sobre as obrigações fiscais relativas às operações com gado para o abate precoce.</i>	Art. 2º	15.05.1992	15.05.1992	29.03.1994	
134	Resolução	03/1992	<i>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 003, DE 20 DE MAIO DE 1992. Defere a dispensa da cobrança do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	20.05.1992	20.05.1992		
135	Resolução	08/1992	<i>RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 008, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1992. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	08.12.1992	08.12.1992		
136	Resolução	04/1992	<i>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 04, DE 30 DE JUNHO DE 1992. Defere a dispensa da cobrança do valor do ICMS incidente na importação e do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>	Arts. 1º e 2º	30.06.1992	30.06.1992		
137	Resolução	05/1992	<i>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 05, DE 1º DE SETEMBRO DE 1992. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às</i>	Art. 1º	01.09.1992	01.09.1992		

			<i>empresas nominadas, e dá outras providências.</i>					
138	Resolução	06/1992	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 06, DE 21 DE SETEMBRO DE 1992. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, à empresa nominada, e dá outras providências.	Art. 1º	21.09.1992	21.09.1992		
139	Resolução	07/1992	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 07, DE 29 DE OUTUBRO DE 1992. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	29.10.1992	29.10.1992		
140	Resolução	09/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 009, DE 15 DE JANEIRO DE 1993. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Fronteiras do Futuro".	Art. 1º e 3º	15.01.1993	15.01.1993		
141	Resolução	10/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 010, DE 15 DE JANEIRO DE 1993. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Terra Viva".	Art. 1º e 3º	15.01.1993	15.01.1993	12.04.1993	
142	Resolução	16/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 16, DE 7 DE ABRIL DE 1993. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Fronteiras do Futuro".	Art. 1º e 3º	12.04.1993	12.04.1993	20.10.1993	
143	Resolução	17/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 17, DE 7 DE ABRIL DE 1993. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Terra Viva".	Art. 1º e 3º	12.04.1993	12.04.1993	20.10.1993	
144	Resolução	23/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 023, DE 19 DE OUTUBRO DE 1993. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Terra Viva".	Art. 1º e 3º	20.10.1993	20.10.1993	09.04.1996	
145	Resolução	24/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 024, DE 19 DE OUTUBRO DE 1993. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Fronteiras do Futuro".	Art. 1º e 3º	20.10.1993	20.10.1993	08.04.1996	
146	Resolução	12/1993	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 012, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1993. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras	Art. 1º	05.02.1993	05.02.1993		

			<i>providências.</i>					
147	Resolução	13/1993	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 013, DE 11 DE MARÇO DE 1993. <i>Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	11.03.1993	11.03.1993		
148	Resolução	18/1993	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 018, DE 12 DE ABRIL DE 1993. <i>Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	12.04.1993	12.04.1993		
149	Resolução	19/1993	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 019, DE 6 DE JULHO DE 1993. <i>Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação, à empresa nominada, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	06.07.1993	06.07.1993		
150	Resolução	21/1993	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 021, DE 25 DE AGOSTO DE 1993. <i>Defere a dispensa da cobrança do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, à empresa nominada, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	27.08.1993	27.08.1993		
151	Resolução	22/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 022/93, DE 8 DE OUTUBRO DE 1993. <i>Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	13.10.1993	13.10.1993		
152	Resolução	25/1993	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 025/93, DE 29 DE OUTUBRO DE 1993. <i>Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>	Art. 1º	03.11.1993	03.11.1993		
153	Resolução		RESOLUÇÃO CONJUNTA INTERNA/SEF/SETIC, DE 9 DE MARÇO DE 1994. <i>Estabelece tratamento tributário especial</i>	Art. 1º	09.03.1994	09.03.1994	26.07.2001	

			INDUSPAN - Indústria e Comércio de Couros Pantanal Ltda.					
154	Resolução	27/1994	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 027, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1994. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	27.02.1994	27.02.1994		
155	Resolução	28/1994	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 028, DE 28 DE MARÇO DE 1994. Dispõe, complementarmente, sobre as obrigações fiscais relativas às operações com gado para o abate precoce.	Art. 2º	29.03.1994	29.03.1994	09.04.1996	
156	Resolução	31/1994	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SECAP Nº 031, DE 14 DE JULHO DE 1994. Dispõe sobre a operacionalização do Programa de Apoio à Criação de Suínos (Leitão Ouro).	Art. 1º, e art. 4º	15.07.1994	15.07.1994	01.01.2003	
157	Resolução	35/1994	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 035, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1994. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	23.12.1994	23.12.1994		
158	Resolução	36/1994	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 036, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	29.12.1994	29.12.1994		
159	Resolução	37/1995	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 037, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1995. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	15.02.1995	15.02.1995		
160	Resolução	44/1995	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 044, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995. Defere a dispensa da cobrança do ICMS	Art. 1º	20.09.1995	20.09.1995		

			<i>incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.</i>					
161	Resolução	45/1995	RESOLUÇÃO CONJ. SEF/SETIC/SEPLAN/SECAP Nº 045, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	20.12.1995	20.12.1995		
162	Resolução	02/1996	RESOLUÇÃO-CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 002, DE 08 DE ABRIL DE 1996. Dispõe, complementarmente, sobre as obrigações fiscais relativas às operações com gado para o abate precoce.	Art. 2º	09.04.1996	09.04.1996	17.06.2003	
163	Resolução	03/1996	RESOLUÇÃO-CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 03, DE 08 DE ABRIL DE 1996. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Terra Viva".	Arts. 1º e 3º	09.04.1996	09.04.1996	31.12.1996	
164	Resolução	04/1996	RESOLUÇÃO-CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 4, DE 08 DE ABRIL DE 1996. Dispõe sobre a operacionalização do Programa "Fronteiras do Futuro".	Arts. 1º e 3º	09.04.1996	09.04.1996	31.12.1998	
165	Resolução	05/1996	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 005, DE 15 DE ABRIL DE 1996. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	16.04.1996	16.04.1996		
166	Resolução	09/1997	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES N. 009, DE 9 DE JANEIRO DE 1997. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	10.01.1997	10.01.1997		
167	Resolução	10/1997	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES N.10, DE 7 DE OUTUBRO DE 1997. Estabelece tratamento tributário especial à empresa Indústria e Comércio de Doces Fruto da Terra Ltda.	Art. 1º	08.10.1997	08.10.1997	08.10.2000	
168	Resolução	11/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº	Art. 1º	15.01.1998	15.01.1998		

			011/98, DE 14 DE JANEIRO DE 1998. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.					
169	Resolução	12/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 12, DE 28 DE MAIO DE 1998. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação e/ou do valor do diferencial de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	04.06.1998	04.06.1998		
170	Resolução	13/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 13, DE 27 DE OUTUBRO DE 1998. Defere a dispensa do pagamento do ICMS incidente na importação e/ou do valor da diferença de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	29.10.1998	29.10.1998		
171	Resolução	14/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 14, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998. Dispõe sobre a concessão de crédito presumido à empresa que especifica.	Art. 1º	18.11.1998	18.11.1998	18.11.2002	
172	Resolução	15/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 15, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1998. Defere a dispensa do pagamento do ICMS incidente na importação e/ou do valor da diferença de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	04.12.1998	04.12.1998		
173	Resolução	327/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMADES/SEFOP Nº 327, DE 31 DE MARÇO DE 1998. Dispõe sobre a operacionalização do Programa de Correção de Acidez do Solo, instituído pelo Decreto n. 8.880, de 23 de julho de 1997.	Arts. 3º e 4º	06.04.1998	06.04.1998	23.07.1997	
174	Resolução	328/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFOP/SEMADES Nº 328, DE 31 DE MARÇO DE 1998. Dispõe sobre a operacionalização do Programa de Apoio à Recuperação de Pastagens, instituído pelo Decreto n. 8.881, de 23 de julho de 1997.	Arts. 7º e 8º	06.04.1998	06.04.1998	23.07.1998	
175	Resolução	329/1998	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMADES/SEFOP Nº 329, DE 31 DE MARÇO DE	Arts. 3º e 5º	06.04.1998	06.04.1998		

			1998. Dispõe sobre a operacionalização do Programa de Apoio Regional à Produção Diferenciada, instituído pelo Decreto n. 8.883, de 23 de julho de 1997.					
176	Resolução	17/1999	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SEPRODES Nº 17, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1999. Defere a dispensa do pagamento do ICMS incidente na importação e/ou do valor da diferença de alíquotas do ICMS, às empresas nominadas, e dá outras providências.	Art. 1º	04.03.1999	04.03.1999		
177	Resolução	18/1999	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SEPRODES Nº 018/99, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1999. Dispõe sobre a concessão de crédito presumido à empresa que especifica.	Art. 1º	23.11.1999	23.11.1999		
178	Resolução	20/1999	Defere incentivo fiscal às empresas nominadas em anexo, e dá outras providências.	Art. 1º	03.01.2000	03.01.2000	06.11.2001	
179	Resolução	23/2000	RESOLUÇÃO CONJUNTA SEF/SEPRODES Nº 023, DE 19 DE JULHO DE 2000. Defere a dispensa do pagamento do ICMS incidente na importação ao contribuinte nominado, e dá outras providências.	art. 1º	20.07.2000	20.07.2000		
180	Resolução	24/2001	RESOLUÇÃO CONJUNTA SERC/SEPROD Nº 24, de 1º DE FEVEREIRO DE 2001. Defere a dispensa do pagamento do ICMS relativo ao valor da diferença de alíquotas do ICMS, aos estabelecimentos nominados, e dá outras providências.	art. 1º	02.02.2001	02.02.2001		
181	Resolução	25/2001	RESOLUÇÃO CONJUNTA SERC/SEPROD Nº 025/01, DE 3 DE ABRIL DE 2001. Disciplina a operacionalização do Projeto de Fortalecimento da Suinocultura de Mato Grosso do Sul (Leitão Vida), na área tributária e fiscal, de que trata o Dec. 9.988, de 20 de julho de 2.000.	art. 4º	05.04.2001	05.04.2001	17.06.2003	
182	Resolução	28/2001	RESOLUÇÃO CONJUNTA SERC/SEPROD Nº 028/01, DE 9 DE OUTUBRO DE 2001. Defere a dispensa da cobrança do ICMS incidente na importação de bens destinados ao ativo fixo dos contribuintes que	art. 1º	10.10.2001	10.10.2001		

			<i>menciona.</i>					
183	Resolução	33/2003	RESOLUÇÃO CONJUNTA SERC/SEPROTUR Nº 033, DE 16 DE JUNHO DE 2003. Estabelece normas para operacionalização do Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE), instituído pelo Decreto nº 11.176, de 11 de abril de 2003, na parte relativa à bovinocultura, denominada Subprograma de Apoio à Criação de Bovinos de Qualidade e Conformidade.	Art. 8º	17.06.2003	17.06.2003	08.09.2016	
184	Resolução	35/2003	RESOLUÇÃO CONJUNTA SERC/SEPROTUR Nº 035, DE 16 DE JUNHO DE 2003. Dispõe sobre a operacionalização do Programa de Expansão da Área Agrícola de Mato Grosso do Sul (EXPANSUL), instituído pelo Decreto nº 11.177, de 11 de abril de 2003.	Art. 6º	17.06.2003	17.06.2003	10.11.2006	
185	Resolução	38/2004	RESOLUÇÃO CONJUNTA SERC/SEPROTUR Nº 038, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2004. Defere a dispensa do pagamento do ICMS incidente sobre a importação e do ICMS na modalidade de diferencial de alíquotas, aos contribuintes nominados, e dá outras providências.	Art. 1º	03.02.2004	03.02.2004		